

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) – Comunicação de Líder:**

Sra. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde e todos os cidadãos e cidadãs que acompanham pela TVCâmara. Hoje, em nome da nossa bancada – vereadores Adeli Sell, Engº Comassetto, Marcelo Sgarbossa -, quero fazer aqui algumas colocações que acho pertinentes. Quero registrar que hoje é o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, e nós sabemos que o Brasil

está em quinto lugar no *ranking* da violência contra a mulher. A cada duas horas, infelizmente, uma mulher perde a sua vida, por vários fatores: é o machismo, é a falta de compreensão, é a não divisão da relação familiar, imaginar que alguém pode ser inferior ao outro. Nesse sentido, este é um dia de luto e de luta mundial na defesa da não violência contra a mulher. Por isso, em nome da nossa frente parlamentar aqui na Câmara, e também possivelmente na Assembleia Legislativa é feita essa referência e ações importantes de convencimento aos homens pela não-violência.

Quero, nesta tarde, e usando também o período de liderança do Partido dos Trabalhadores, dizer que há pouco tempo, e é de conhecimento de todos os cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal de extinção do IMESF, o governo municipal achou por bem querer demitir os 1.840 funcionários do IMESF, e fez vários movimentos, tempestivamente, com certeza. Recuou, mas não o suficiente, pois mandou a esta Casa um projeto de lei em regime de urgência pra votar a criação de vagas para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de endemias, coisa que para nós não é o momento, pois o julgamento dos embargos feitos pela própria Prefeitura e entidades sindicais, podem demorar um ano ou dois anos, sem necessidade de querer extinguir ou criar vagas neste momento, desobedecendo, inclusive, várias leis, a própria lei das licitações, a Constituição, a Emenda Constitucional nº 51 e a Lei Federal nº 11.350 que garante aos profissionais da saúde quando fizeram prova seletiva, a absorção automática neste programa de Saúde da Família em Porto Alegre. Ora, se esses servidores, se esses trabalhadores, embora com regime CLT, estão com o direito assegurado pelas seleções feitas em anos anteriores, baseado na Lei Federal nº 11.350, não pode o governo botar a carreta na frente dos bois mandando um projeto de lei criando as vagas se as vagas já existem para um outro sistema. Ele ainda diz no projeto de lei

que o regime agora é estatutário. Não pode, pois para sair do regime celetista para o regime estatutário todos terão que fazer prova seletiva, um novo concurso, e eles já fizeram. Tanto é que o Ministério Público de Contas encaminhou à justiça uma ação cautelar para poder trancar essa iniciativa do governo ou que o governo retire, Ver. Mauro, líder do governo, a urgência desse projeto de lei. Venho, em nome da nossa bancada, pedir a sensibilidade do governo porque nós constituímos, no Tribunal Regional do Trabalho, uma comissão com todos os ministérios, com a Câmara de Vereadores, com as entidades representativas, para fazer uma mediação desse processo. Mas, infelizmente, o governo municipal não está indo às reuniões, está indo somente o IMESF. Portanto, o IMESF, nesta reunião disse que não fala pelo governo. Nós queremos que alguém vá e fale pelo governo. Para nós podermos buscar uma saída, que seja importante para a cidade, para que não demitam os servidores, para que não paralitem o atendimento médico, como paralisou nos últimos dias o pronto atendimento da Bom Jesus, da Lomba do Pinheiro. Nós queremos que Porto Alegre ande, mas é preciso dizer ao prefeito que é preciso trabalhar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ... para concluir, nobre Presidenta, é fundamental que o governo retire o Regime de Urgência, até porque, na próxima semana, ele poderá trancar a Pauta, como está trancando alguns outros projetos de lei do governo que, infelizmente, não terá êxito neste plenário. Portanto, o nosso apelo, e esperamos que o governo se sensibilize, porque votar no atropelo, sem discussão, ou querer votar algo que não conhece, simplesmente, porque a base tem maioria, é realmente desrespeitar os cidadãos e os trabalhadores da nossa área da Saúde em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Texto sem revisão final.)